

BIETTI SESTIERI, A.M. *Protostoria. Teoria e pratica*. 2. Le fonti storico-letterarie. Roma: La Nuova Italia Scientifica (Studi Superiori NIS/301; Archeologia), 1996: 33-42.

## 2

### As fontes histórico-literárias

Partindo da breve análise do texto de Lívio que foi proposta na *Introdução*, e acrescentando-lhe outros exemplos tirados de situações mais próximas no tempo, podemos tentar definir o nível de credibilidade que é possível atribuir às diversas categorias de informações presentes nas fontes literárias.

#### 2.1

##### O lugar

No relato de Lívio, a moldura espacial geral é o elemento mais sólido: a narrativa diz respeito a eventos muito antigos que aconteceram na mesma região da qual, em seguida, serão referidas a história recente e a contemporânea. Trata-se, portanto, de uma indicação obrigatória, cuja verossimilhança é garantida pela globalidade do texto.

Naturalmente, nem todas as indicações geográficas presentes nos textos relativos à proto-história são deste tipo; nos numerosíssimos relatos de êxodos, migrações ou deslocamentos de protagonistas individuais, aumenta a possibilidade de erros e imprecisões – que podem chegar até à indicação de proveniências de pura invenção por parte do historiador, geralmente com base numa reconstrução erudita – e, simetricamente, diminui a possibilidade de controle interno através de outros elementos do texto.

#### 2.2

##### O tempo

A colocação dos eventos no tempo está ancorada neste caso a um sistema cronológico de referência conhecido e aceito no mundo greco-romano, e ao qual a pesquisa histórica contemporânea confere uma certa validade atribuindo algumas datas absolutas a eventos-eixo como a guerra de Tróia ou a fundação de Roma. O sistema foi objeto de ataques radicais nestes últimos anos, como a proposta de releitura das fontes históricas e arqueológicas relativas aos séculos de passagem entre o II e I milênios a.C. no Mediterrâneo oriental e na Europa; contemporaneamente, as bases da cronologia absoluta da Idade do Bronze europeia foram recolocadas em discussão graças à novidade das datações absolutas introduzidas pela dendrocronologia e pela calibração das datações radiométricas, que já determinaram

um deslocamento para cima<sup>1</sup> de alguns séculos do início da Idade do Bronze, enquanto provavelmente também as datas da Idade do Bronze recente européia (que inclui a primeira Idade do Ferro italiana e as datações históricas tradicionais para este período) deverão ser erguidas em maneira mais ou menos consistente para as várias fases. Um outro eixo da cronologia da Idade do Bronze italiana e européia, as datações do Heládico recente, isto é, da civilização “micênica” da Idade do Bronze recente egéia, está há alguns anos em revisão com base nas datas absolutas da erupção que destruiu a ilha de Santorino (Tera), colocada até agora no século XVI a.C.; as análises mais recentes, realizadas num núcleo de gelo da Groenlândia setentrional, parecem confirmar as primeiras datas radiométricas da erupção (cerca de 1625 a.C.) e as datas dendrocronológicas relativas a uma importante modificação climática, verossimilmente causada pelo mesmo episódio, obtidas nos EUA e na Europa (cerca de 1628 a.C.).

Pelo menos no momento, a primeira tentativa foi consensualmente rechaçada enquanto a construção de uma nova cronologia histórica com base nas novas datações radiométricas e dendrocronológicas está ainda em curso de elaboração. Em particular, ainda não foram enfrentados os problemas relativos à cronologia histórica da colonização grega no ocidente. Em conclusão, a indicação cronológica de Lívio pode ser ainda traduzida, de modo mais ou menos direto, como Idade do Bronze recente do Lácio, deixando de lado, no momento, a definição das datas absolutas.

Em geral, de qualquer forma, uma fixação dos eventos relatados pelos autores antigos a uma cronologia razoavelmente delimitada é possível apenas a partir dos últimos séculos do II milênio.

## 2.3

### O protagonista e os eventos

O protagonista do relato pode ser um personagem puramente literário, que reveste a função indispensável de dar uma identidade, ou uma paternidade, aos eventos descritos; no caso de Ascânio, filho de Enéias e fundador de Alba Longa, a função do personagem é, como é sabido, a de dar um fundador à *gens* Julia. Entretanto, em relatos nos quais a intenção de celebração de personagens contemporâneos ao autor pode ser excluída, não é improvável que o protagonista seja um personagem real, cujo nome foi conservado de alguma maneira pela tradição e depois registrado pelos historiadores.

O mesmo é válido para as ações que o protagonista realiza: podemos considerar verossímil – sem confirmação além do próprio relato – que a tradição oral tenha conservado a recordação de empresas ou acontecimentos excepcionais. Esta possibilidade foi demonstrada arqueologicamente no caso muito conhecido do mito de fundação das ilhas Vanatu (ex Novas Ebridas), na Melanésia, transmitido oralmente pela tradição indígena por cerca de 700 anos. Segundo esta tradição, o herói fundador Roy Mata, tendo chegado à ilha principal, Efate, com um grupo de imigrantes, conseguiu estender o próprio controle sobre o arquipélago

---

<sup>1</sup> Deslocar para cima significa propor uma datação mais antiga.

estabelecendo uma estrutura política do tipo de chefia. Quando morreu, foi sepultado na ilha de corais de Retoka com uma cerimônia na qual foram sepultados vivos representantes dos clãs principais que tinham participado da colonização do arquipélago, enquanto a ilha foi declarada tabu. Esses eventos aconteceram “muito tempo antes” da grande erupção do vulcão Kuwae, segundo a tradição, há cerca de 450 anos.

As pesquisas arqueológicas em Retoka levaram à descoberta de uma sepultura coletiva de inumação, com oferendas fúnebres de riqueza excepcional, na qual muitos particulares correspondem à descrição transmitida oralmente. A sepultura principal, masculina, está situada aos pés de dois blocos de rocha fincados verticalmente no terreno; a certeza do sepultamento de pessoas ainda vivas é possível somente no caso de uma jovem deposta aos pés de Roy Mata, mas em volta está inumada uma série de casais nos quais os homens foram provavelmente drogados ou envenenados, as mulheres abatidas ou estranguladas. A datação do complexo com o C<sup>14</sup> é de 1265± 140 A.D., corresponde de modo satisfatório à cronologia relativa relatada pela tradição.

A fidelidade da transmissão oral deste acontecimento por um período de tempo assim longo está estreitamente ligada ao seu caráter não só excepcional, mas também de grande dramaticidade e impacto emocional. É de extremo interesse notar que estes aspectos específicos do sepultamento de Roy Mata indicam a vontade, por parte de quem programou a cerimônia, de utilizar com a máxima eficácia os recursos da comunicação oral como meio para o reforço e a transmissão do poder.

Na tradição literária relativa à nossa proto-história não existem relatos confrontáveis com a história de Roy Mata, essencialmente porque, enquanto neste caso estamos diante de um mecanismo de transmissão puramente oral, recebido pela pesquisa etnográfica em nossos dias (e posteriormente pela pesquisa arqueológica), as notícias da Itália proto-histórica nos chegam através de numerosas mediações literárias de autores gregos e latinos. De qualquer forma, é importante ressaltar que a possibilidade de identificar eventos individuais com os seus protagonistas, via de regra, está fora do alcance da arqueologia; deste ponto de vista, portanto, o uso crítico das tradições orais citadas pelos historiadores pode representar um complemento insubstituível da pesquisa arqueológica.

## 2.4

### **A cultura material e os processos históricos**

Uma exemplificação significativa dos limites próprios da documentação escrita em relação àquela arqueológica encontra-se na história e na arqueologia da colonização européia nos continentes extra-europeus. Trata-se de uma documentação recente no seu conjunto e, portanto, muito menos sujeita às vicissitudes e à casualidade da conservação no tempo do que a relativa à proto-história italiana e européia. Os documentos escritos são frequentemente de primeira mão, sem outra mediação além daquela de quem escreve fatos ou situações a que assistiu ou de que participou diretamente; no que diz respeito à documentação arqueológica, a escavação de uma ocupação colonial do século XVII ou XIX pode nos fazer sorrir,

mas não há dúvida de que forneça elementos sobre a cultura material da época quase sempre mais completos e compreensíveis do que os presentes nos contextos com os quais estamos acostumados a trabalhar.

A pesquisa cruzada sobre as fontes escritas e as arqueológicas está particularmente desenvolvida em países como os Estados Unidos e a Austrália. O confronto crítico entre as duas categorias de documentos e a forte conotação ideológica das fontes etno-históricas foram revelados.

Aqui me limitarei a examinar brevemente os resultados de uma pesquisa conduzida recentemente na ocupação de Wybalenna, na ilha de Flinders, a nordeste da Tasmânia.

Em 1835, G.A. Robinson, que nos anos precedentes havia conseguido conquistar a confiança dos grupos indígenas que sobreviveram na Tasmânia, obteve do governo inglês o encargo de estabelecer e organizar a sua sede definitiva. O local escolhido, conhecido ainda hoje como Settlement Point, foi ocupado por uma centena de tasmanianos e por oficiais e pessoal naval e militar ingleses.

A documentação escrita utilizada para integrar a pesquisa arqueológica compreende os *Diários da Ilha de Flinders* escritos por Robinson, extraídos do jornal local, cartas, listas de pessoas e de bens e documentos escritos pelos oficiais e pelo próprio Robinson, recolhidos sistematicamente por Plomey (1987). Trata-se, no conjunto, de uma situação documentária excepcionalmente favorável, que permite a integração e o controle cruzado entre fontes escritas e arqueológicas. Muitos aspectos da cultura material da ocupação, dos quais restam traços arqueológicos, encontram comparações diretas nas diversas categorias de fontes escritas; as discrepâncias entre as duas classes de fontes podem, portanto ser identificadas com muita clareza.

O texto oficial, isto é, aquele que podemos confrontar com nossas fontes históricas, são os *Diários* de Robinson. A pesquisa da cultura material – baseada na escavação arqueológica e em representações gráficas ou pictóricas do sítio em momentos diversos –, dos vários tipos de fontes escritas e das notícias transmitidas oralmente, levou os autores à conclusão de que o modo no qual a vida do lugarejo é descrita nos *Diários* não condiz com um documento “objetivo”, mas ele próprio faz parte da estratégia de domínio do governo colonial em relação aos aborígenes. Os *Diários* descrevem detalhadamente as atividades que deveriam provar a europeização dos indígenas – a costura, o tricô, a cozinha, a limpeza da casa, o trabalho realizado mediante pagamento e a aquisição de bens com dinheiro, a participação das funções religiosas e o canto de hinos sacros – mas descuidam das atividades tradicionais dos aborígenes, que documentam a sua resistência à europeização, como a caça, a dança, o uso de acumularem os refugos e de ter cães dentro de casa. A documentação arqueológica mostra que as pequenas casas de tipo europeu fornecidas aos aborígenes eram percebidas e utilizadas como fogões protegidos – a estrutura estável mais frequente na cultura local de caçadores-coletores – mais do que como bangalôs europeus, e que as atividades mais comuns desenvolviam-se, segundo a tradição indígena, em torno do fogão. Além disso, os dois principais grupos tribais presentes em Wybalenna consideravam como território próprio a ilha inteira, mais do que a área de ocupação, tinham definido neste território as respectivas zonas de caça, e desenvolviam nos bosques muitas das atividades tradicionais, hostilizadas ou proibidas no interior da ocupação colonial.

Em suma, os resultados da pesquisa mostram que as informações oficiais fornecidas por Robinson, mesmo sendo na maior parte dignas de atenção, enfatizam o sucesso do processo de europeização e ignoram tudo o que não se alinha com este.

## 2.5

### **Culturas orais e documentação escrita**

O exemplo da tradição relativa à sepultura de Roy Mata e o sobre a ocupação de Wybalenna não são diretamente confrontáveis à documentação escrita utilizada pelos estudiosos de proto-história italiana, justamente pelo fato de serem tão distantes da nossa experiência de pesquisa, sobretudo no que diz respeito à completude da informação e a possibilidade de controle cruzado das diversas categorias de fontes. Esses exemplos nos permitem, entretanto, examinar os limites da documentação “histórica” em sociedades não letradas em modo mais direto e menos ambíguo do que com base somente nas fontes das quais dispomos, e portanto propor alguns princípios de ordem geral, que dizem respeito aos dois pólos principais da reconstrução histórica: eventos individuais, localizados no espaço e no tempo, e conjuntos de atividades “quotidianas” que constituem o tecido dos processos históricos, através do qual vivem e se desenvolvem as relações sociais, econômicas e políticas.

As notícias “históricas” sobre as sociedades não letradas da proto-história estão baseadas em dois sistemas de comunicação: a transmissão da informação no interior das culturas orais e as informações sobre essas mesmas culturas que o historiador recolhe na forma de relato escrito. O segundo sistema integra e reelabora as notícias transmitidas pelo primeiro, além de recolher diretamente uma parte dos dados.

A transmissão oral de notícias, mesmo que para um longo período de tempo, relativas a eventos e protagonistas individuais é, evidentemente, possível, como mostra o relato sobre a cerimônia fúnebre de Roy Mata. Parece, porém, da mesma forma claro, que a probabilidade de sobrevivência de notícias deste tipo é diretamente proporcional à capacidade do evento de ser recebido pelo sistema de comunicação que se serve da transmissão oral.

Deste ponto de vista, é bem conhecida a função de comunicação destinada à consolidação e à perpetuação do poder que assumem os aspectos cerimoniais, a ostentação de riqueza e as manifestações espetaculares de crueldade no tratamento dos inimigos ou na administração da justiça, nas estruturas políticas em formação e naquelas nas quais, mesmo na presença da escrita, a oralidade constitui ainda o meio principal de comunicação do poder central com os súditos.

Isto implica que eventos individuais, mesmo que de grande porte histórico, que não tenham um caráter de excepcionalidade e espetaculosidade, ou seja, que não se imponham por uma visibilidade particular que os isola do conjunto dos acontecimentos contemporâneos, podem ser, mais ou menos, completamente ignorados pela transmissão oral.

A transmissão oral é, portanto, em primeiro lugar fortemente seletiva, tanto pela sua natureza, isto é, pelas suas limitações específicas, quanto porque usada conscientemente para fins políticos de conservação ou aquisição de poder.

Um outro limite desse tipo de comunicação relativa a eventos e protagonistas individuais consiste no fato de que, sobretudo quando a notícia chega como resultado de uma série de passagens sucessivas na documentação escrita, esta pode conservar alguns elementos formalmente reconhecíveis, que são, porém, irremediavelmente destacados do seu contexto original: o que chega até nós é um significante do qual não conhecemos o significado.

Entretanto, é possível que a continuidade da transmissão oral no interior de uma cultura não letrada constitua um sistema de conservação da informação seletivo, mas menos sujeito a manipulações, erros e perda de significado do que possa ser, em um contexto cultural mais articulado, uma série prolongada no tempo de releituras e transcrições dos mesmos textos.

No caso no qual as notícias históricas sejam o resultado de observações diretas realizadas pelo historiador (ou, melhor, pelo cronista-etnógrafo) em sociedades indígenas contemporâneas, um elemento muito importante, que resulta do exemplo relativo à ocupação de Wybalenna, é o fato de que a relação entre uma cultura oral e o historiador que descreve suas características não é paritética.<sup>2</sup> O historiador dispõe de uma tecnologia (a escrita) que a sociedade objeto da sua pesquisa não está em condições de controlar; ademais, o seu relato não é dirigido a esta sociedade, mas à sociedade letrada à qual ele próprio pertence. Consequentemente, mesmo se o relato não é programaticamente parcial porque participe de uma estratégia de domínio, como no caso dos *Diários* de Robinson, responde, de qualquer forma, à mentalidade e aos preconceitos do historiador e aos fins específicos de sua narrativa, isto é, a um conjunto de regras mais ou menos definidas, entre as quais não está incluída a obrigação deontológica<sup>3</sup> de fornecer uma prestação de contas “objetiva” mas fiel da vida e das tradições indígenas.

O problema da relação desequilibrada entre o historiador e a sociedade não letrada objeto da sua reconstrução torna-se ainda mais grave se se trata não de descrever o presente, mas de reconstruir o passado. Neste caso, os materiais à disposição do historiador são as narrativas da tradição oral, que ele recolhe e interpreta segundo as regras da sua metodologia profissional.

No seu estudo sobre a *archaiologia* dos gregos, que é a metodologia por estes elaborada a partir do período clássico para a reconstrução “científica” da origem dos povos, Bickerman (1952) explica que a atitude científica e metodológica dos historiadores gregos perante acontecimentos da sua pré-história consistia em efetuar uma racionalização das narrativas tradicionais, separando a história da fábula. Uma vez que nenhum outro povo seguia o mesmo procedimento na transmissão de suas histórias das origens, os gregos consideravam essas narrativas pouco críveis. O dever do historiador consistia em corrigir as narrativas tradicionais dos povos bárbaros a respeito de suas próprias origens, ou em substituí-las por uma hipótese científica. Tanto num caso como no outro, a origem de um povo bárbaro acabava por ser integrada na pré-história grega. Um historiador grego não se sentia vinculado à necessidade de verificar o que os seus informantes quisessem realmente dizer; o seu dever profissional se completava no momento em que a sua construção, sobreposta à

---

<sup>2</sup> Que tem igualdade de condições.

<sup>3</sup> Do grego *deon*, o dever, e *logos*, discurso. Que concerne à deontologia, isto é, na Filosofia, a teoria dos deveres, especialmente aqueles relativos a uma dada situação social.

narrativa bárbara, fosse fiel à realidade histórica do seu próprio sistema. Entre os exemplos dessa metodologia aplicada às origens dos povos itálicos, Bickerman recorda que Tucídides escreve que os sicanos sustentavam serem autóctones, mas ele (Tucídides) considerava que fossem ibéricos, trazidos da Espanha pelos lígures. A descendência troiana de Roma é introduzida pela primeira vez por Helânico,<sup>4</sup> na segunda metade do século V a.C.; até aquele momento, Enéias era tido como o fundador de Erice e Segesta. A inserção de Roma nas histórias sobre as migrações sucessivas à queda de Tróia foi acolhida favoravelmente pelos romanos e combinada com a lenda indígena de Rômulo e Remo; nas versões dos diversos historiadores gregos, a história dos dois gêmeos e da loba, de qualquer forma, foi modificada sistematicamente: por exemplo, segundo Calias (cerca de 290 a.C.), Remo, Rômulo e Telégono eram filhos de Latino, filho de Telêmaco e Circe, e de Roma, filha de Enéias. Para Políbio, que era arcádio, Roma era uma colônia da Arcádia.

Sobre os aborígenes da Itália, Dionísio de Halicarnasso diz que suas origens são incertas, mas que, se fossem de extração grega, não poderiam ser senão uma colônia “daqueles que hoje se chamam arcádios”; a partir daqui, segundo a probabilidade histórica, deduz que os aborígenes podiam ter sido levados à Itália por Enotro, dezessete gerações antes da guerra de Tróia. A tradição local, que ignora Enotro, deve ser falsa ou, ao menos, errada.

Em suma, no exame das fontes relativas à proto-história italiana, é indispensável levar em conta essa atitude dos autores gregos, e tentar separar as tradições indígenas das construções eruditas inspiradas nas regras da *archaiologia*.

O filão historiográfico itálico, com início no século III a.C., e portanto mais recente do que o grego, mas, de qualquer forma, não contagiado pela visão helenocêntrica dos historiadores gregos, concentra-se, em particular, sobre as origens e sobre a história mais antiga de Roma; este compreende poetas como Ênio, autor dos *Anais*, a série dos analistas, os primeiros dos quais são Fábio Pictor e Cíncio Alimento, eruditos como Varrão, Verrio Flacco e Plínio, o Velho. Das obras originárias não nos chegou quase nada; as notícias dos historiadores do período de Augusto, Lívio e Dionísio de Halicarnasso, sobre as primeiras fases da história de Roma, derivam de um longo processo de contaminação entre as notícias referidas pelos autores locais mais antigos e aquelas reportadas por historiadores gregos (como, sobretudo, Timeu de Tauromêno, que escreveu nos séculos IV-III a.C.).

Não obstante a distância cronológica que separa os primeiros autores latinos – e os historiadores do período de Augusto que deles tomaram informações – dos acontecimentos que descrevem, não há dúvida de que alguns episódios da história “primitiva” de Roma com os nomes dos protagonistas foram filtrados através das numerosas passagens e das sucessivas elaborações; a prova, claríssima, vem de monumentos arqueológicos como a decoração pictórica da tumba François de Vulcis, que ilustra o ciclo de Mastarna (Sérvio Tulio) e dos irmãos Vibenna, ou a inscrição de Sátricos, datável do século VI a.C., que traz o nome de um personagem importante, Públio Valério, provavelmente identificável com Públio Valério Públicola, um dos fundadores da república romana.

Essas correspondências parecem, por ora, limitadas a fases não anteriores ao período arcaico; nem o período dos primeiros reis, nem aquele correspondente às

---

<sup>4</sup> Helânico de Mitilene, cidade grega da Ásia Menor, era um antiquário grego.

notícias sobre a chegada de Enéias e aos séculos compreendidos entre este acontecimento e a fundação de Roma, podem ser confirmados por meio de elementos arqueológicos específicos.

A relação de domínio que existe, de qualquer forma, entre o historiador e a sociedade não letrada, contemporânea ou não, objeto da sua narrativa, a ausência de regras voltadas a iluminar e a tutelar o ponto de vista dessa e o caráter helenocêntrico da historiografia grega, a possibilidade praticamente ilimitada para o historiador de escolher os argumentos da narrativa segundo a própria conveniência pessoal ou política e a ulterior perda de significado determinada pelas numerosas passagens através das quais as notícias chegam até nós, são todos eles aspectos que limitam de modo decisivo a credibilidade das informações obteníveis das fontes literárias sobre acontecimentos e protagonistas da proto-história.

Em relação aos processos históricos, às limitações que foram destacadas, acrescentam-se outras mais específicas: além da tendência já lembrada de resumir o processo em um único evento, um obstáculo importante é constituído pela escassa visibilidade da cultura material, que não está, normalmente, incluída nos interesses de pesquisa dos historiadores. Mesmo no caso de Wybalenna, no qual a documentação escrita registra muitos aspectos da cultura material da ocupação, a pesquisa arqueológica evidenciou lacunas e omissões em setores essenciais aos fins de uma reconstrução completa.

Sobre o tecido das relações sociais, econômicas e políticas de uma sociedade oral e sobre o seu desenvolvimento no tempo, a documentação escrita é, de novo, ausente ou pouco confiável; o limite principal é a escassa compreensão, por parte do historiador, da lógica interna de um sistema cultural diferente, cujos usos e costumes são vistos e referidos como curiosidades, mais do que como objetos de pesquisa.

Esse conjunto de observações, que não tem nenhuma pretensão de sistematicidade ou de completude, serve, assim mesmo, para ressaltar a desencorajadora série de limitações no conteúdo de informações dos documentos escritos relativos a sociedades não letradas. Mesmo no caso mais favorável, no qual a crítica das fontes permitisse verificar a confiabilidade de todos os elementos por elas relatados, restaria o problema do caráter extremamente esquemático da informação histórica e, portanto, a dificuldade de identificar, do interior, os seus significados.

É necessário, portanto, mesmo desse ponto de vista, analisar as potencialidades informativas da documentação arqueológica, certamente mais consistente do que a histórica para o período que nos interessa, e definir os possíveis critérios de integração entre as duas categorias de fontes.

A palavra escrita tem a vantagem de ser sob muitos aspectos (ainda que não todos) mais expressiva do que a cultura material; a leitura de uma narrativa fiel, direta e suficientemente ampla sobre a organização política de uma região em um período determinado nos informa provavelmente mais e custa infinitamente menos do que um projeto de pesquisa arqueológica destinado a esclarecer o mesmo problema. A desvantagem é exatamente simétrica: o texto é um patrimônio precioso, mas frágil, porque a sua integridade pode ser facilmente manipulada, sem que os traços de sucessivas intervenções sejam reconhecíveis com certeza. Consequentemente, a confiabilidade do texto – e a própria possibilidade de relacioná-lo à situação à qual se referia originariamente – diminuem em medida proporcional ao número de passagens e à distância cronológica dos acontecimentos.